



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CYNTIA CHAVES DE C. G. CARDOSO

**PROPOSTA DE UM MODELO DE EXPANSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE
COELHOS DE RAÇA NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL - CDU**

FORTALEZA - CE

2010

CYNTIA CHAVES DE C. G. CARDOSO

**PROPOSTA DE UM MODELO DE EXPANSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE
COELHOS DE RAÇA NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL - CDU**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Esp. Hamilton Rodrigues Tabosa.

FORTALEZA - CE

2010

C268p Cardoso, Cyntia Chaves de Carvalho Gomes.

Proposta de um modelo de expansão da classificação de coelhos de raça na Classificação Decimal Universal – CDU. / Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso. – Fortaleza, 2010.

51 f. : il. ; 30 cm.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências da Informação, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza (CE), 10/12/2010.

Orientador: Prof. Esp. Hamilton Rodrigues Tabosa.

Inclui referências bibliográficas.

1. Classificação Decimal Universal. 2. CDU. 3. Coelhos de raça. 4. Classificação de coelhos de raça. I. Título. II. Tabosa, Hamilton Rodrigues. III. Universidade Federal do Ceará. IV. Curso de Biblioteconomia.

CDD 636.9322

CDU 636.92

**PROPOSTA DE UM MODELO DE EXPANSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE
COELHOS DE RAÇA NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL - CDU**

CYNTIA CHAVES DE C. G. CARDOSO

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Hamilton Rodrigues Tabosa

Especialista

Universidade Federal do Ceará

Profa. Maria de Fátima Silva Fontenele

Mestre

Universidade Federal do Ceará

Prof. Márcio Assumpção Pereira da Silva

Mestre

Universidade Federal do Ceará

Prof. Heliomar Cavati Sobrinho

Mestre

Universidade Federal do Ceará

Aprovada em ____/____/____.

CONCEITO FINAL: _____.

*Dedico este trabalho ao meu amado Rafael,
que tanto me apoiou em todos estes anos de
Biblioteconomia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, prof. Hamilton Tabosa, pela paciência e lucidez indispensáveis ao resultado deste trabalho. Ao professor atencioso e acessível. Ao seu humor, que tanta leveza trouxe ao processo de construção desta monografia.

À Universidade Federal do Ceará pela minha construção como profissional.

Ao meu querido marido, Rafael, sem o qual não teria sido possível consolidar o sonho de ser bibliotecária.

À minha sogra, Ismênia Cardoso, profissional em que me espelho, pelas lições de vida, que tanto me estimularam e ensinaram.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, e por contribuírem para a minha construção como ser humano.

Aos demais professores, por terem me ouvido, por terem feito parte dessa etapa tão importante de minha vida.

“A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo que seus animais são tratados”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O trabalho pretende expandir a Classificação Decimal Universal – CDU, ao propor uma classificação específica para algumas raças de coelho, até então não contempladas em seu corpo. Considerando que o conhecimento se encontra em constante expansão e que as linguagens documentárias têm o intuito de traduzir (ou converter) os assuntos até então existentes em notações alfanuméricas, buscando facilitar o acesso à informação pelo usuário, surgiu o propósito de ampliar a CDU, mais precisamente a classe 6, que trata de Ciências Aplicadas, Medicina e Tecnologia e que tratava os coelhos como “outros animais mantidos pelo homem”. Os coelhos haviam sido somente mencionados na classificação, não sendo discriminados quanto aos padrões próprios de cada raça. Dessa forma, para expandir a CDU, utilizou-se como base sua própria estrutura, incluindo os coelhos de raça. Os animais foram separados conforme suas características físicas, enfocando as raças pelo aspecto físico, mais especificamente pela cor do pêlo. Para tanto, observou-se as subdivisões da Classe 6, e, após um aprofundamento sobre a Cunicultura, que é o estudo e o desenvolvimento da criação de coelhos para fins de produção de carne e pele, foi possível separá-los por grupos, para, em seguida, adequá-los às respectivas classificações documentárias. Os animais foram, então, encaixados a partir da subdivisão da classe 636.92. A intenção deste trabalho é demonstrar que as linguagens documentárias, pelo fato de lidarem com o conhecimento, sempre podem ser expandidas.

Palavras-chave: Classificação Decimal Universal. CDU. Expansão do conhecimento. Coelho de raça. Classificação de coelhos de raça.

ABSTRACT

The work aims to expand the Universal Decimal Classification - UDC, to propose a specific classification for some breeds of rabbits, hitherto not considered in your body. Whereas knowledge is constantly expanding and the documentary languages are intended to translate (or convert) the subjects hitherto existing alphanumeric notations, seeking to facilitate access to information by the user, did the purpose of expanding the UDC, more precisely the class 6, which treats of Applied Sciences, Medicine and Technology and the rabbits treated as "other animals kept by man." The rabbits had only been mentioned in the standings, not being discriminated against with regard to their own standards for each breed. Thus, to expand the UDC was used as the basis its own structure, including rabbits breeds. The animals were separated according to their physical characteristics, focusing on the races for their physical appearance, specifically the color of the hair. For this, we observed the subdivisions of Class 6 and, after stepping on a Rabbit, which is the study and development of rabbit breeding for production of meat and skin, it was possible to separate them into groups, for, then tailor them to their scores documentary. The animals were then mounted from the subdivision of class 636.92. The aim here is to demonstrate that the library languages, because they deal with knowledge, can always be expanded.

Key-words: Universal Decimal Classification. UDC. Knowledge expansion. Rabitt breeds. Rabitt breeds classification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A LINGUAGEM E OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS	13
2.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS	16
2.2 O QUE É CLASSIFICAR	17
2.3 SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO	21
2.3.1 A Classificação Decimal Universal – CDU	22
2.3.1.1 Estrutura da CDU	27
3 A CLASSIFICAÇÃO BIOLÓGICA	32
3.1 COELHOS NA CLASSIFICAÇÃO BIOLÓGICA	34
4 CUNICULTURA	36
4.1 RAÇAS DE COELHOS	37
4.2 THE AMERICAN RABBIT BREEDERS ASSOCIATION – ARBA	40
5 PROPOSTA DE UM MODELO DE EXPANSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE COELHOS DE RAÇA NA CDU	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da vida humana em sociedade, quando o homem passou a se observar no mundo e a fazer questionamentos, conhecimentos rudimentares foram surgindo a partir da obtenção de determinadas respostas. Estas deram apoio a outras indagações que, por sua vez, também foram sendo respondidas, ainda que superficial ou temporariamente.

Com a especificidade do conhecimento, surgiram diversas áreas de estudo, cada uma focada em determinados tipos de informação que, em sendo ligadas, possibilitaram um novo entendimento acerca de novos assuntos. Cada seara científica cuida de interpretar e ordenar o conhecimento à sua maneira.

A Biblioteconomia, interessada em preservar e disseminar os conhecimentos da Humanidade, classificou-os por meio de linguagens documentárias, com o objetivo de facilitar a ordenação dos assuntos e de melhorar sua posterior recuperação.

As classificações Decimal de Dewey e Decimal Universal, CDD e CDU, respectivamente, são exemplos de linguagens documentárias alfanuméricas predeterminadas, cujo fito é o de padronizar a ordenação dos ramos do conhecimento, atribuindo notações aos documentos de qualquer acervo, melhorando, assim, o resgate ulterior da informação por parte do usuário que realiza a(s) pesquisa(s).

Referidas classificações, por serem reconhecidas em âmbito mundial, facilitam sobremaneira o acesso pelo usuário, vez que pode perceber o padrão utilizado tanto em unidades de informação locais, como estrangeiras.

Dessa feita, é importante lembrar que, embora predeterminadas, as classificações não se encontram fechadas, concluídas. Ao contrário, acham-se em permanente construção, pois nessa condição se verifica a pesquisa e o avanço da ciência, criando, por conseguinte, novas terminologias, que podem, em uma nova edição, ser contempladas pelas classificações biblioteconômicas.

Diante da liberdade da Biblioteconomia em classificar numericamente todos os assuntos até então existentes, ou até mesmo com a possibilidade de flexibilizar novas subdivisões nas citadas classificações decimais, percebe-se que nenhum tema é suficientemente complexo ou inviável de ser tratado pelo bibliotecário, que pode ter a iniciativa de classificar novos assuntos, ainda não contemplados nas classificações consagradas e conhecidas pelos demais profissionais.

Nesse sentido, a Cunicultura, área do conhecimento que estuda coelhos de raça para fins de consumo da pele, da carne e da criação ornamental, configura-se em um tema com nível peculiar de especificidade e que, como tal, pode ser contemplado pelas linguagens documentárias sacramentadas.

Dessa forma, decidiu-se sugerir uma classificação para coelhos de raça na Classificação Decimal Universal – CDU, vez que, além de não contemplar referido assunto, apresenta publicação no idioma Pátrio, facilitando consideravelmente o desenrolar deste trabalho.

Confrontando as duas linguagens, percebe-se que a CDU não é tão ampla quanto a CDD. Ainda assim, consegue ser mais bem mais específica que a Classificação de Dewey. Isso instigou o desejo em aprimorá-la ainda mais.

Assim, percebendo que o tema relacionado aos coelhos de raça não foi contemplado pela CDU, pelo fato desta classificação ser reconhecida em nível mundial e por considerar a cunicultura um estudo atual e relevante, a ponto de apresentar classificação própria, escolheu-se este tema para objeto de pesquisa.

O trabalho tem, então, como objetivo principal, propor, na CDU, uma classificação própria para cada raça de coelho atualmente reconhecida, seguindo a indicação da The American Rabbit Breeders Association – ARBA, associação norte-americana interessada no assunto. Para tanto, faz-se necessário estudar as raças de coelho e quais os critérios para adequá-las a um dado padrão.

Os objetivos específicos consistem em compreender as linguagens documentárias como veículo comunicacional, verificar a forma pelas quais as raças de coelho são padronizadas e divididas e estudar a maneira mais adequada de encaixá-las na Classificação Decimal Universal.

A metodologia utilizada neste trabalho será qualitativa, porque, somente com o entendimento sobre as raças de coelho, será possível sugerir uma notação específica para cada uma delas.

O método utilizado será o descritivo, no que concerne à observação do fenômeno classificatório estudado e em sua posterior descrição, e explicativo, por identificar “[...] os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos; explica a razão das coisas [...]” (BASTOS, 2005, p. 43).

No que concerne à pesquisa descritiva, Bastos (2005, p. 45) afirma que:

A pesquisa descritiva descreve a situação no momento em que ocorre a

investigação e estabelece relação entre as variáveis. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, suas características, sua relação e conexão com outros fenômenos.

Todo o esforço para melhorar o acesso à informação deve ser considerado válido. O fato de as classificações consagradas no meio biblioteconômico não contemplarem todos os assuntos, aliado às várias possibilidades a serem utilizadas pelo bibliotecário, permite que se pense em ampliações de um sistema previamente concebido.

A falta de classificação bibliográfica para determinados assuntos não impede a proposta de novas notações. Nos processos de catalogação na fonte, como seria possível classificar o documento, uma vez que não existe numeração preexistente na classificação utilizada para o assunto específico de que se necessita, ainda que se trate de uma classificação internacionalmente reconhecida?

Diante disso, este trabalho tentará responder à pergunta em questão, propondo uma solução numérica simples e viável. Ao final, essa estrutura classificatória será proposta para ser aplicada às raças de coelho na Classificação Decimal Universal - CDU.

2 A LINGUAGEM E OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS

A busca por conhecer é o grande cerne da vida humana. Pode-se afirmar que praticamente tudo o que somos e onde chegamos advêm do conhecimento. Nossa realidade é proveniente de milhares de anos de estudo e de sua herança deixada para as gerações sucessoras.

Indaga-se, entretanto, o porquê desse comportamento. Por que conhecer? Para quê? O que o homem deseja quando realiza suas investigações? O que busca e que fins pretende alcançar com os resultados obtidos?

Esse tipo de questionamento se dá desde o início da vida em sociedade, quando o homem passou a observar o mundo e a comunidade à qual estava inserido, e tentou extrair, dessas reflexões, algumas respostas, ainda que mínimas. Seguindo esse raciocínio, Vânia Lima (2004, p. 12) afirma que:

A origem do conhecimento pode ser explicada, de um lado, pela experiência sensível, em que o conhecimento se dá através da percepção, isto é, da representação de objetos reais. Esse conhecimento é imediato, sensível e intuitivo. Por outro lado, o conhecimento pode se dar através da razão, em que o pensamento estabelece relações, cria conceitos e noções gerais e abstratas. Esse conhecimento, mediato e racional é que se constituirá no que conhecemos por conhecimento científico. É na Idade Moderna, a partir da revolução científica do século XVI, que se constitui este modelo de racionalidade como o paradigma dominante que presidirá a ciência até meados do século XX.

Conhecer é apropriar-se intelectualmente de algo. É saber sobre determinado assunto, ainda que a informação sobre ele seja transitória e/ou perecível. Para Moser, Mulder e Trout (2004, p. 17), “A análise tradicional do conhecimento propositivo implica que o conhecimento é uma espécie de *crença*” (Grifo dos autores). Entretanto, afirmam eles, “A crença não é suficiente para se ter conhecimento” (p. 18). E complementam que “para se ter um conhecimento verdadeiro, é preciso que a crença seja *correta*” (p. 18, grifo dos autores).

A busca pelo conhecimento, assim, é uma constante na vida humana, já que o homem se configura em uma criatura eminentemente questionadora. Por meio de suas buscas incessantes, uma descoberta dá embasamento a outra e, nessa linha, a sociedade vai evoluindo, numa espécie de progressão geométrica, onde o conhecimento até então apreendido serve de degrau para outros a serem descobertos.

Essa eterna insatisfação humana sobre si mesmo e sobre o mundo instiga a sede de saber, de conhecer. E, somente através do conhecimento, viabiliza-se o crescimento de uma sociedade.

Entretanto, o acúmulo de informação existente, aumentou, também, a dificuldade em ligar um dado a outro. A multiplicidade de informação desencadeou a idéia de registrá-la e organizá-la, para garantir sua manutenção, disseminação e perpetuação. O volume de conhecimento motivou, ainda, a preocupação quanto à veracidade das informações dispostas. Nesse sentido, Moser, Mulder e Trout (2004, p. 5) asseveram que:

[...] Tipicamente os filósofos investigam a natureza do conhecimento em geral e se perguntam o que é necessário para que uma pessoa realmente saiba que algo é verdadeiro e não falso. A teoria do conhecimento busca lançar luz sobre essas questões gerais acerca do conhecimento.

Com o tempo, as fontes se multiplicaram, marcando um período de insegurança, e mobilizando o homem a procurar uma forma de manuseio prático onde pudesse se manter atualizado, sem perder o que foi consumido anteriormente.

Sebastião de Souza relaciona a necessidade humana de classificar para conhecer quando, em sua obra sobre CDU, cita Patrick Meredith (2010, p. 13), que diz que “Grande parte da arte de aprender consiste em regularizar hábitos pessoais de classificação.”

Os processos de classificação são consequência da necessidade em ordenar as descobertas registradas pelo homem. Este, de maneira ainda mais aprofundada que os animais, vive do conhecimento. Os pais transmitem aos filhos sua cultura e experiências de vida, no intuito de se perpetuarem através dos tempos. As gerações seguintes aperfeiçoam o conjunto de informações acumuladas e, apreendendo outras mais que lhe sejam necessárias, formam uma espécie de corrente histórica.

A linguagem se relaciona com tudo o que diz respeito à comunicação. Esta abrange uma série de recursos utilizados pelos seres vivos. Tanto o homem como os animais fazem uso da comunicação e se apropriam de alguma forma de linguagem para a garantia de sua sobrevivência.

“Com o objetivo de estabelecer comunicação, o ser humano, desde a sua origem, procura desenvolver estratégias de linguagem que surtam significados satisfatórios na conjuntura das relações interpessoais” (XAVIER; AZEVÊDO, 2009, p.

1).

A transmissão cultural e de conhecimento se dá através da linguagem. Trata-se de um recurso absolutamente indispensável à mínima independência humana e animal, assim como à inserção de cada um em sua comunidade.

A linguagem utilizada por surdos-mudos é um exemplo claro de engajamento social. Através dos gestos, pessoas que não podem ouvir nem falar comunicam-se perfeitamente, inserindo-se na comunidade e minimizando as diferenças daqueles que não sofrem da mesma carência física.

Em outras palavras, por meio dos processos de linguagem é possível firmar a comunicação entre interlocutores que, por conhecerem e utilizarem os mesmos signos tornam viável a troca de informações. A linguagem se propõe, então, a assegurar a manutenção de uma dada cultura, possibilitando a apreensão de outras, distintas da que se usa, aumentando, portanto, a abrangência dos conhecimentos.

A linguagem é “o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas” (FERREIRA, 1999). É através dela que o homem se qualifica para o desenvolver de sua espécie, uma vez que a comunicação não se dá somente através da escrita, mas de um conjunto de articulações executadas por movimentos e expressões corporais e faciais.

“LÍNGUA é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a LÍNGUA é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ela age” (CUNHA; CINTRA, 2001. Grifo dos autores).

Diz Weedwood que “Platão foi o primeiro pensador europeu a refletir sobre os problemas fundamentais da linguagem” (2002, p. 25). Afirma, ainda, que:

No plano da linguagem, os gregos se perguntavam se a conexão entre as palavras e aquilo que denotavam provinha da natureza, *phýsei*, ou era imposta pela convenção, *thései*. Havia dois aspectos na questão: primeiro, a natureza da atual relação entre as palavras e seus *denotata*; e segundo, como esta relação viera a surgir – a origem das palavras (Grifo da autora).

A realidade atual se divide basicamente em um padrão culto da língua, encontrado nas gramáticas, e na fala, que costuma ser coloquial, sobretudo no dia-a-dia das pessoas. Para Cunha e Cintra (2001), a “Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou”.

Diante de toda essa complexidade, a língua sofre modificações com o seu uso, e segue, tal qual um rio, o curso da sociedade que dela se apropria, não como matéria, mas como bagagem cultural e referencial, e que a modifica, adequando-a à sua nova realidade.

2.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

A linguagem permite que os processos comunicacionais se firmem, tanto no mundo animal, como em uma comunidade mais complexa. No contexto humano, o registro do conhecimento, em suportes dos mais diversos, fez emergir um grande acervo, donde se acumularam documentos que, embora rudimentares na forma, muito representaram para o desenvolvimento das gerações seguintes.

A partir do registro desse conhecimento e do conseqüente acúmulo, surgiu a preocupação com sua manutenção e, principalmente, com o uso de métodos que facilitassem a localização dos documentos. A guarda e a organização passaram a ser o propósito primeiro das bibliotecas, uma vez que, sem estas, maiores as dificuldades em localizar o livro procurado.

Dado o acúmulo de conhecimento e conseqüente dificuldade em sua recuperação, começou-se a criar linguagens que facilitassem o acesso às informações procuradas. Dentro dos processos de linguagem, o conhecimento, para ser acessado, passou a sofrer interpretações numérico-documentárias, com o intuito de imprimir uma lógica na organização do acervo, para facilitar a localização dos documentos.

Diante dessa realidade, surgiram os processos classificatórios, que permitem ordenar os conhecimentos, hierarquizando-os, quando necessário, e facilitando a aprendizagem por parte das novas gerações.

Dessa forma, os então organizadores do conhecimento foram criando mecanismos de ordenação dos documentos, para facilitar o acesso a eles. Assim, foram separando-os por assunto, por autores ou até mesmo pelo tipo de obra, no caso de publicações periódicas, como as enciclopédias.

Diz Lentino (1971, p. 4) que “classificar livros é separá-los em classes, dando-lhes ao mesmo tempo lugar nas estantes, de acôrdo com determinado sistema”. Um amontoado de livros sem ordenação não oferece sentido lógico, a não ser pelo

acúmulo de conhecimentos diversos. Os sistemas de classificação, tais quais os utilizamos na atualidade, são, do ponto de vista histórico, bastante recentes, vindo a consagrar-se somente no final do século XIX.

Os processos classificatórios exigem do bibliotecário grande atenção e coerência, pois podem variar conforme a peculiaridade do acervo e o tipo de usuário. Existe a necessidade de observar o documento, realizando uma rápida leitura técnica sobre ele, que permitirá uma classificação mais adequada ao conteúdo.

Título, subtítulo, folha de rosto, sumário e autoria são alguns tópicos que não devem ser ignorados quando da feitura dessa análise técnica. Tais informações dão suporte a uma classificação mais coesa e, por conseguinte, facilitam não só a localização do documento específico, como também de outros que, por tratarem do mesmo assunto, encontram-se próximos uns dos outros.

Em outras palavras, a genialidade humana é visível não só quando cria e desenvolve conhecimento, mas, sobretudo, quando o dispõe a seus semelhantes, no intuito de compartilhar o que fora apreendido e, principalmente, de dar suporte a novas descobertas.

2.2 O QUE É CLASSIFICAR

O ato de classificar se configura em uma ação inerente ao comportamento humano. O homem, em essência, seleciona tudo o que está ao seu redor, com o intuito de melhorar seu entendimento sobre as coisas. Classificar, nessa concepção, nada mais é que *interpretar* o mundo. Lentino (1971) defende a idéia de que a “Classificação é [...] um processo mental, pelo qual as coisas são reunidas de acôrdo com o grau de semelhança”.

O processo classificatório faz parte da história do homem, que categoriza tudo o que está posto, com o intuito de melhor compreender seu meio ambiente e o dos seres com os quais convive.

Para Maria Antonieta Requião Piedade (1983) “Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos.”

Em outras palavras, classificar significa discernir, colocar em classes, discriminar determinado conteúdo de modo hierárquico. Classificar um documento é representá-lo em conformidade com uma linguagem previamente desenvolvida para tal. É traduzi-lo e adequá-lo ao melhor código, respeitando suas características primárias e o tipo de usuário que o consultará.

Desde os remotos tempos dos filósofos, estes, no afã de conhecer o mundo e seu contexto, já praticavam o ato de classificar, resultando em várias perspectivas, conforme sua vivência e entendimento sobre as coisas.

Assim, “[...] Porfírio, em sua célebre *Árvore*, deu o primeiro exemplo de classificação binária [...]” (SOUZA, 2010, p. 13), enquanto Konrad Gesner atribuiu-a aos livros, sendo, por isso, considerado o pai da bibliografia.

Aristóteles, Porfírio, Francis Bacon, Augusto Comte e Rudolf Carnap são alguns dos pensadores que, em diferentes tempos históricos, criaram suas próprias classificações, dividindo o conhecimento humano conforme sua própria interpretação.

Para a Biblioteconomia, o ato de classificar representa uma espécie de linguagem documentária que aproxima profissionais e busca desenvolver um processo de comunicação destes com o usuário.

Área do conhecimento que se utiliza dos processos de classificação (por ela desenvolvidos) para melhorar a ordenação das informações disponíveis a usuários específicos, a Biblioteconomia tem, nas linguagens documentárias, uma fonte de comunicação constante, que pode ser modificada conforme a conveniência do acervo e do tipo de acesso que recebe.

Dentro das atribuições de caráter exclusivamente bibliotecário, tem-se a classificação dos assuntos contidos nos documentos, onde o profissional faz uso de linguagens alfanuméricas já consagradas em seu meio profissional.

Em estudos de Biblioteconomia observam-se algumas formas de classificação, também denominadas *linguagens documentárias numéricas e alfanuméricas*, cuja função é a de organizar, mediante o uso de códigos previamente criados, os documentos produzidos, em quaisquer tipos de suporte.

Para Noêmia Lentino (1971, p. 4), “Classificar livros é separá-los em classes, dando-lhes ao mesmo tempo lugar nas estantes, de acordo com determinado sistema”. Assevera, ainda, a autora, que classificar livros é diferente de classificar conhecimentos, uma vez que enquanto esta se configura em uma tarefa teórica, aquela se caracteriza por sua praticidade.

Maria Antonieta Requião Piedade (1983) ensina que “A palavra classificar vem do latim *classis*, que designava os grupos em que se dividia o povo romano”, sendo classe “um conjunto de coisas ou idéias que possuem um ou vários atributos, predicados ou qualidades em comum”.

É por essa razão que a categorização dos elementos estudados exige que se apresente, entre eles, um liame, um nexos de causalidade, uma lógica que os una e, ao mesmo tempo, que os separe. Pode-se realizar uma classificação em quaisquer âmbitos imagináveis. Separam-se, assim, coisas, animais, pessoas, roupas, idéias, tudo, enfim, que simplesmente *exista*, no plano real ou imaginativo.

Para Berwick Sayers (1983) apud Maria Antonieta Requião Piedade (1983), classificar é:

1. O processo mental de reconhecimento e agrupamento;
2. O ato de ordenar grupos e classes em determinada ordem;
3. O ato ou a arte de determinar o lugar no qual uma coisa (objeto, idéia, documento etc.) deve ser enquadrada num sistema de classificação.

Citando Ranganathan, Maria Antonieta Requião Piedade (1983, p. 17) assevera que “[...] classificar consiste em traduzir o nome dos assuntos dos documentos da linguagem natural para a linguagem artificial utilizada pelos sistemas de classificação bibliográfica.”

Os filósofos sentiram o interesse em desenvolver suas próprias classificações, categorizando o conhecimento, os seres vivos e as idéias. As classificações filosóficas eram meramente teóricas, “constituindo agrupamentos dos conhecimentos humanos segundo o ponto-de-vista de seus idealizadores” (BARBOSA, 1969, p. 43).

Assim, voltando a citar os filósofos e suas classificações, tem-se Platão, primeiro pensador a classificar o conhecimento humano, dividindo-o em Física, Ética e Lógica. Aristóteles, por sua vez, categorizou-o em Ética, Artes Recreativas e Teoria. Outros filósofos como Porfírio, Capella, Cassiodoro, Gessner, Bacon e Comte criaram suas próprias classificações, conforme seu entendimento e compreensão de mundo.

“A compreensão de como se desencadeia a ação cognitiva no ser humano é imprescindível na medida em que partimos daí para evidenciarmos a questão da representação, que compreende a categorização [...]” (ARTÊNCIO, 2007).

Naturalmente, as primeiras classificações se preocuparam em elencar os

conhecimentos humanos. Alice Príncipe Barbosa (1969), apesar de reconhecer a grande contribuição que trouxeram os filósofos para os processos classificatórios, entende-os como falhos, no sentido de que existem muitos outros temas a serem tratados e resgatados.

Os bibliotecários, pelo fato de lidarem com a ordenação do conhecimento e, mais precisamente, por se preocuparem com a forma de recuperação dessas informações, adequaram à sua rotina de trabalho o que se pode denominar de categorização¹. Ou melhor, fizeram dela um dos principais processos cognitivos no tratamento do documento tratado.

Ainda no contexto documentário, Smit apud Luciane Artêncio (2007) afirma que:

[...] a categorização se expressa na representação da informação como 'agrupamentos que manifesta, freqüentemente particularidades em relação às áreas do conhecimento, às aplicações pretendidas pela linguagem documentária ou ao tipo de informação a ser organizada'.

Ainda assim, deduz-se que classificar não se configura em uma ação exclusiva dos bibliotecários. Categorizar, separar e ordenar são práticas constantes nas mais diferentes rotinas, de quaisquer tipos de pessoas, em distintas profissões.

Portanto, a prática da classificação pode ser desenvolvida não só por profissionais da informação, mas por todas as pessoas que sintam a necessidade de distinguir algo, em qualquer área do conhecimento.

Reitera-se, no entanto, que, para a Biblioteconomia, a ação de classificar possui uma importância peculiar, uma vez que é compreendida como um tipo de comunicação entre profissionais e, mais que isso, uma forma de aproximação (ou de tentativa de estreitamento) destes com os usuários.

Ao longo de um curso de graduação em Biblioteconomia, os estudantes conhecem algumas formas de classificação, também denominadas *linguagens documentárias numéricas* e *alfanuméricas*, cuja função é a de organizar, mediante a utilização de códigos universais previamente criados, os documentos produzidos em quaisquer tipos de suporte.

¹Embora estudiosos como E. K. Jacob, em sua obra *Classification and categorization: a difference that makes a difference*, e Luciane Artêncio em sua dissertação de mestrado (Princípios de categorização nas linguagens documentárias) demonstrem a diferença *conceitual* entre *categorização* e *classificação*, o presente trabalho não considerará essas questões, por entendê-las coadjuvantes dentro do contexto abordado.

As linguagens documentárias alfanuméricas, linguagens então pré-coordenadas, ou seja, aquelas cujos termos se coordenam previamente à sua utilização, têm o escopo de diminuir a distância entre o usuário e a informação contida no documento que ele procura.

O processo classificatório, então, faz parte da história do homem, que categoriza todas as coisas, com o intuito de melhor compreender seu meio ambiente e as das criaturas com as quais convive. Essa compreensão facilita o entendimento sobre o mundo, os seres e o conhecimento que advém da evolução humana.

2.3 SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO

Os sistemas de classificação são utilizados para facilitar o acesso do pesquisador ao documento procurado. Há uma grande margem de liberdade para o bibliotecário trabalhar em um acervo, podendo, ele mesmo, desenvolver um sistema próprio, que melhor atenda à necessidade específica do acervo, no que concerne à sua ordenação, e ao usuário, para acessá-lo com maior facilidade.

Com esse propósito, criam-se, por exemplo, classificações com o uso de cores em acervos infantis, desenvolvem-se buscas diferenciadas em documentos cuja organização se dê de forma distinta da maneira mais tradicional de organizá-los, dentre outros modelos.

E, além das classificações particularizadas pelo bibliotecário, existem as consagradas mundialmente, pelo fato de se mostrarem eficazes em seu propósito e, principalmente, por poderem ser aplicadas em culturas distintas, uma vez que não fazem diferenciação étnica. Procuram, ao contrário, seguir a lógica do desenvolvimento do pensamento humano, como um liame lógico entre um conhecimento que deu origem a outro, e assim sucessivamente.

Sob essa ótica, Melvil Dewey criou sua classificação decimal. Partindo da Filosofia que, em seu entendimento, foi o primeiro conhecimento do homem ao se questionar sobre a sua origem e razão de existir, até a História, que remonta tudo o que se passou, desde os remotos tempos até os dias atuais.

Dessa forma, desenvolveu uma classificação decimal, dividida em classes de três dígitos, a serem subdivididas, conforme o assunto vai-se especificando. Da

Filosofia, que parte da classe de número 100, à História, que segue a numeração 900, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) se mostra bastante lógica e quase matemática, não fosse a grandeza e complexidade do que vem a ser todo o conhecimento apreendido neste planeta.

A CDD é demasiado importante para este trabalho, porque deu ensejo à CDU (Classificação Decimal Universal), desenvolvida por Paul Otlet e Henri La Fontaine, sistema a ser minuciosamente tratado no tópico seguinte.

A CDD e a CDU e as demais classificações [...] são, portanto, classificações documentárias (não mais chamadas de bibliográficas), voltadas para o uso em bibliotecas ou para uso bibliográfico, ou seja, para indexação e descrição minuciosa do conteúdo dos documentos. As classificações são também científicas, pois elas arrolam, na Tabela sistemática, todas as áreas do conhecimento humano (SOUZA, 2010, p. 16).

Embora as classificações decimais sejam extremamente populares e conhecidas no meio bibliotecário, Sebastião de Souza (2004, p. 16) cita outros sistemas classificatórios, tais como a classificação de Cutter (*Expansive classification*), de 1891, a classificação da Library of Congress, de 1901, a classificação de Brown (*Subject classification*), de 1906, a de Bliss e a de Ranganathan (*Colon classification*).

O autor é categórico ao afirmar, em sua obra, que “A mais importante regra de classificação é seguir a lógica para cada tipo de instituição, pois uma biblioteca escolar ou infantil são completamente diferentes de uma biblioteca universitária ou especializada” (SOUZA, 2004, p. 22).

Cada método classificatório apresenta suas peculiaridades, mas há um aspecto, no que concerne ao objetivo, que pode ser contemplado em todos eles: recuperar a informação buscada com eficiência e eficácia, ou seja, localizar o documento de forma ágil, rápida e precisa.

2.3.1 A Classificação Decimal Universal – CDU

A Classificação Decimal Universal foi desenvolvida pelos humanistas Paul Otlet e Henri La Fontaine, no início do século XX, tendo sofrido várias alterações no decorrer do tempo, até a forma que se apresenta atualmente. Baseada na Classificação

Decimal de Dewey - CDD, a CDU também utilizou o sistema de casas decimais, dividindo o conhecimento em dez grandes classes.

Como os demais sistemas de classificação, a CDU também tem o intento de melhorar o acesso ao documento, além de reunir fisicamente conteúdos similares, que tratem do mesmo assunto. Isso faz com que o acervo seja coerente e apresente uma lógica de ordenação, unindo temas semelhantes, além de abranger as possibilidades de pesquisa por parte do usuário.

O pesquisador que busca um determinado assunto em um acervo, quando se dirigir à estante, terá a oportunidade de visualizar outros documentos, de autores distintos, que também retratam o tema procurado. Isso amplia as possibilidades de busca, aprofundando o resultado final da pesquisa.

A CDU, também baseada em sistemas decimais, divide o conhecimento em campos que, por sua vez, podem ser subdivididos conforme a especificidade do assunto. Quanto mais aprofundado o tema, muito provavelmente, maior o número de subdivisões para a sua classificação.

A primeira edição da Classificação Decimal Universal surgiu no início do século XX, mais precisamente em 1904, sofrendo contínuas revisões até hoje, já que o conhecimento e as descobertas humanas não param de se desmembrar e de crescer constantemente.

Odilon Silva e Fátima Ganim definem a CDU como sendo “[...] um sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de seu registro, a que denominamos genericamente documentos [...]” (1994, p. 4).

Percebe-se que quaisquer conteúdos, em suportes dos mais diversos, podem ser classificados conforme um sistema previamente desenvolvido. Sebastião de Sousa (2004, p. 27) informa que “A CDU é uma linguagem de indexação e de recuperação de todo o conhecimento registrado e na qual cada assunto é simbolizado por um código baseado nos números arábicos [...]”.

Para Denise Helena Farias de Souza (2004, p. 37),

A CDU é um sistema de classificação semi-facetado, porque além de enumerativo, apresenta uma série de dispositivos para a construção de símbolos representativos de assuntos compostos e complexos, pela combinação de assuntos simples.

Assim, embora as classes (Notações Principais) sejam muito similares às da CDD, a grande peculiaridade da CDU é a possibilidade de fazer combinações com símbolos pré-determinados, representando, com maior nível de especificidade, o conteúdo do documento classificado.

Segundo Odilon Silva e Fátima Ganim (1994, p. 8-10), a CDU possui, como características, a decimalidade, a universalidade, o caráter hierárquico e o caráter analítico-sintético.

A decimalidade está relacionada às classes às quais foi submetido o conhecimento, que foi subdividido para ser mais bem compreendido e organizado, quando se tratar de seus suportes.

Embora arbitrária, uma vez que foi desenvolvida pelo homem, a divisão do conhecimento permitiu uma ordenação lógica e racional dos documentos que abordam os mais variados assuntos, facilitando, portanto, sua localização final.

A característica da universalidade “Significa, em primeiro lugar, que o sistema tem, em princípio, a pretensão e a capacidade de oferecer conceitos e símbolos para representar a totalidade do conhecimento em determinada fase de sua evolução [...]” (SILVA; GANIM, 1994, p. 9).

Defendem, ainda, os autores, a idéia de que o emprego de símbolos, como fonte representativa do ramo do conhecimento, é universal, a despeito da imposição de constructos ou códigos culturais.

O caráter hierárquico relaciona-se com a disposição dos temas, dos mais abrangentes aos mais detalhados ou específicos. As taxonomias permitem uma visualização muito clara e objetiva sobre o desdobramento de um determinado assunto.

Finalmente, o caráter analítico-sintético, embora não seja a maior peculiaridade da Classificação Decimal Universal, não pode ser desmerecido, uma vez que combina sistemas hierárquicos e multifacetados, ou seja, “[...] identificam características comuns a várias categorias de assuntos, organizando-os em **facet**as [...]” (SOUZA, 2004, p. 15) (Grifo nosso).

Em outras palavras:

A indicação de tais relações e a criação de verdadeiros subsistemas (ou minissistemas) de conceitos secundários, ou blocos de idéias acessórias, permitiram ao novo instrumento combinar num só esquema as características de hierarquia rígida (de seu antecessor) com as riquezas de detalhamento oferecidas pelo recurso da síntese na pós-coordenação, tanto através dos dois pontos (influência ranganathiana) quanto através de quase duas dezenas de

símbolos para representar conceitos secundários consubstanciados nas tabelas auxiliares (comuns e especiais) (SILVA, 1994, p. 6).

Muito apropriada a acervos de grande monta, a Classificação Decimal Universal, exatamente por dispor de símbolos e números para seu uso, facilita a combinação de assuntos quando da classificação, e restringe minimamente cada tema conforme o documento, evitando classificações desnecessariamente repetitivas.

Entretanto, a quantidade de ícones que pode ser utilizada na classificação dificulta sobremaneira a interpretação, por parte do usuário, que não se identifica com a linguagem documentária, recorrendo, normalmente, à ajuda de profissionais disponíveis para auxiliá-lo na pesquisa.

O uso das aspas, de dois pontos duplos, barras invertidas e parênteses, no contexto da CDU, não dizem muita coisa ao pesquisador. Para melhorar a comunicação, algumas instituições fazem uso de uma espécie de guia, onde é possível ver a ordem de prioridade entre um ou outro símbolo.

Ainda que essa dificuldade se configure em uma realidade, a Classificação Decimal Universal é viável, do ponto de vista comunicacional, requerendo, somente, interesse e atenção mais acentuados por parte do usuário.

Cabe, ainda, ao bibliotecário, estar atento às formas de ordenação do acervo, para diminuir esse distanciamento. Os símbolos oferecidos pela CDU são uma possibilidade, mas não uma obrigação. Servem para especificar ainda mais determinados temas, bem como para separar títulos cujos assuntos sejam muito próximos, mas não iguais. Propõem-se a evitar que documentos distintos sejam classificados da mesma forma, como se fossem idênticos.

A Classificação Decimal Universal se autodenomina como sendo uma classificação geral, tal qual a Classificação Decimal de Dewey. Aponta que “As classificações podem ser **especializadas**, quando se concentram ou estão voltadas para um assunto determinado, ou **gerais**, quando abrangem o universo da informação” (CDU, 1997, p. ix).

As classificações documentárias, segundo a CDU, normalmente têm uso destinado a bibliotecas, no que concerne à localização física dos documentos, ou, quando o intuito é o de indexar e descrever detalhadamente o conteúdo dos documentos, independente de sua ligação com um dado acervo, voltam-se para o uso bibliográfico.

Entretanto, por contemplar todos os ramos do conhecimento, tarefa esta que

necessita de constante atualização e, portanto, está em constante expansão, pode ter assuntos adicionados a qualquer tempo, sendo continuamente readaptada a uma nova realidade.

Diante do atestado de que o conhecimento humano está em constante evolução e pensando na importância de abranger a CDU, cogitou-se em introduzir em seu bojo a Cunicultura, que estuda a criação de coelhos e classifica suas raças.

Ressalte-se, ainda, que referida classificação bibliográfica foi escolhida para sofrer proposta de expansão por diversos fatores. Primeiro por ter publicação no idioma pátrio, o que facilita sobremaneira não só manuseio, mas, sobretudo, a sugestão de expansão. O segundo motivo é a própria ausência do assunto na CDU, dando margem ao alargamento temático.

Surgiu, assim, o propósito de apresentar essa distinção das espécies de coelhos atualmente reconhecidas, utilizando como base a literatura especializada no Brasil.

A cunicultura, segundo Jean Medina (1988, p. 5), “[...] tem por fim a criação e exploração racional do coelho [...]”. Trata-se da criação desses animais para fins diversos, que variam conforme o interesse do cunicultor.

Um interessado pela criação de coelhos pode se especializar em diversas raças, tantas quantas desejar, sendo mais provável, entretanto, que, para conquistar um bom plantel, e considerando a grande variedade, que se dedique somente a um tipo de raça.

Diante dessa deficiência classificatória na área da Cunicultura, dentro da CDU, e considerando toda uma variedade de padrões de coelhos de raça, apresenta-se a pesquisa que se segue, seguindo o padrão da CDU como parâmetro para o seu desenvolvimento e inserindo esses animais em seu conteúdo.

A Classificação Decimal Universal pode, então, ser utilizada como ferramenta para classificar coelhos de raça, independente de o documento pertencer ou não a determinado acervo.

Na CDU, os coelhos *domésticos* – e somente estes - estão classificados sob a numeração 636.92, que sugere que também seja consultada a seguinte classificação:

- 636.112 – Mamíferos de pelo pequenos. Animais de caça de pequeno porte em geral. Inclusive coelho. Lebre. Castor.

Porém, as classificações abaixo se relacionam a assuntos onde os coelhos também poderiam se encaixar, dependendo do tipo de criação à qual estivessem submetidos.

- 636.035 – Animais criados para abate, para produção de carne ou gordura. Animais de corte. Animais de banha. Produção de carne e gordura.
- 637.62 – Cabelo. Pêlo. Cerdas. Lã.
- 639.11 – Mamíferos como animais de caça.

Na mesma classificação (636.92), a CDU indica a remissiva 639.112, que remete a “Mamíferos de pêlo pequenos. Animais de caça de pequeno porte em geral. Inclusive coelho. Lebre. Castor” (CDU, 1997, p. 709).

Isso significa dizer que nenhuma das raças do referido animal é considerada perante essa classificação. Em outras palavras, percebe-se que existe um vácuo que pode ser trabalhado. Para tanto, passa-se a um entendimento superficial sobre a localização dos coelhos na classificação biológica para, em seguida, trabalhar as raças propriamente ditas.

Em se tratando de Literatura específica sobre Cunicultura, que é o estudo da criação de coelhos para determinado fim, o Brasil oferece poucas opções. Dentre estas, a criação de coelhos como animais de estimação praticamente inexistente. Sendo assim, optou-se por observar os tipos de criação mais frequentes no País, para, em seguida, dividir os grupos de animais e propor a classificação adequada a cada um deles.

Assim, como as raças específicas de coelho não são mencionadas na CDU, será proposto, após dividi-las em grupos de acordo com a produção, os subgrupos específicos onde cada raça, conforme sua especificidade, melhor se encaixe.

2.3.1.1 Estrutura da CDU

No item anterior foi dito que uma das características da CDU é a decimalidade. Significa dizer que, em se tratando dessa classificação, o conhecimento foi dividido em dez grandes classes.

Odilon Silva e Fátima Ganim (1994, p. 11) explicam que “Foi escolhida arbitrariamente uma base decimal, o que fez com que inicialmente fossem dez as classes

resultantes da primeira divisão do todo”.

A opção pela característica da decimalidade na CDU foi arbitrária, uma vez que foi desenvolvida conforme a visão de seus criadores, que entenderam que essa estrutura propiciaria uma divisão simples e objetiva dos ramos do conhecimento.

A classe 4, no entanto, ficou vaga, com o intuito de abranger novas possibilidades, uma vez que a evolução dos saberes é uma constante. Odilon Silva e Fátima Ganim (1994, p. 11) afirmam que “[...] a classe 4 existe como um subconjunto vazio, dentro do conjunto maior das dez classes principais”.

Sebastião de Souza (2010, p. 91) esclarece que a classe 4:

Continua vaga desde 1963, no aguardo de um assunto importante que possa ocupá-la. Em 2007, no Seminário Internacional sobre o Acesso à Informação para Comunidades Globais, apareceu uma sugestão de se colocar a classe **61** nesta classe 4. [...]. Por enquanto não houve nenhum pronunciamento do Consórcio na CDU.

As dez grandes classes constituem, segundo os autores, a “espinha dorsal do sistema”. Dessa feita, as dez classes representam grandes ramos do conhecimento e, conforme este vai se especificando, elas sofrem subdivisões. As classes principais da CDU são as seguintes:

0	Generalidades
	Ciência e conhecimento
	Organização
	Informação
	Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações
1	Filosofia
	Psicologia
2	Religião
	Teologia
3	Ciências sociais. Estatística
	Política
	Economia. Comércio
	Direito. Administração. Assistência Social. Seguro. Educação

	Folclore
4	(Vaga)
5	Matemática
	Ciências Naturais
6	Ciências aplicadas
	Medicina
	Tecnologia
7	Artes. Belas-artes
	Recreação. Diversões
	Esportes
8	Linguagem
	Lingüística
	Literatura
9	Geografia
	Biografia
	História

A Classe 6, que trata de Ciências Aplicadas, Medicina e Tecnologia, é a mais extensa das Tabelas Principais da CDU e se subdivide da seguinte maneira:

CLASSE	ASSUNTO
60	Biotecnologia
61	Medicina
62	Engenharia
	Tecnologia em geral
63	Agricultura
	Silvicultura
	Agronomia
	Aproveitamento da vida selvagem
64	Economia doméstica
	Os assuntos da classe 65 migraram para a nova classe 005 da Administração. No entanto, ela manteve as seguintes subdivisões: <ul style="list-style-type: none"> • 654 (Telecomunicações e telecontrole);

65	<ul style="list-style-type: none"> • 655 (Indústrias gráficas, impressão, edição, produção e comércio de livros); • 656 (Serviços de transporte e serviços postais, organização e controle de tráfego); • 657 (Contabilidade); • 658 (Administração de empresas e organização comercial) e 659 (Publicidade e relações públicas).
66	Tecnologia química Indústrias químicas e afins
67	Indústrias Artes industriais Ofícios diversos
68	Indústrias Artes e ofícios de artigos acabados ou montados
69	Indústria da construção Materiais de construção

Começa-se a perceber um afinamento da classe 63, que trata de Agricultura, Silvicultura, Agronomia e Aproveitamento da Vida Selvagem. A classe 636, por sua vez, contempla a Zootecnia, Pecuária, Criação de Gado e Criação de Animais Domésticos.

Os coelhos domésticos, encontrados na classe 636.92, estão hierarquicamente abaixo da numeração 636.9, que indica “Outros animais mantidos pelo homem”.

Segundo esse raciocínio, a Classificação Decimal Universal – CDU destacou os animais contidos em literatura mais presente e farta e subdividiu seus assuntos conforme suas respectivas especificidades.

Segundo essa divisão, a CDU destacou alguns animais da forma abaixo descrita:

CLASSIFICAÇÃO	ASSUNTO
636.2	Ruminantes grandes. Gado bovino.
636.3	Pequenos ruminantes. Ovelhas. Cabras.

636.4	Porcos. Suínos.
636.5	Avicultura
636.6	Aves (as domésticas e as de caça) criadas ou mantidas pelo homem.
636.7	Cães.
636.8	Gatos.
636.9	Outros animais mantidos pelo homem.

A CDU considerou os coelhos como “outros animais mantidos pelo homem”, inserindo-os na subclasse **636.92**, sob a denominação de **coelhos domésticos**.

Elucidam Odilon Silva e Fátima Ganim (1994, p. 13) que:

Seguindo o princípio hierárquico de classificação do geral para o particular, a notação acompanha os diversos níveis de detalhamento dessas classes, através do acréscimo de novo dígito decimal até o detalhe desejado, ou o mais próximo existente no sistema.

Sendo assim, para subdividir a classe 6 da CDU, onde podem ser incluídos os coelhos de raça, é indispensável que sejam respeitados os princípios hierárquicos por ela estruturados, saindo do geral para o particular. Em outras palavras, há de se partir das categorias maiores dos animais para, em seguida, poder subdividi-los dentro dos pormenores de cada raça.

3 A CLASSIFICAÇÃO BIOLÓGICA

Antes de classificar os coelhos, é importante compreender o entendimento da ciência acerca dos seres vivos; suas particularidades, semelhanças e diferenças. Foi a partir de determinadas observações que o homem passou a dividi-los, inicialmente, em animais e vegetais.

Considerando que a ciência busca ordenar o universo à sua volta, o homem desenvolveu sistemas para agrupar os organismos vivos em esquemas que lhe trouxessem algum sentido. A partir desse raciocínio, percebeu que, diante da infinidade de seres, não seria possível escolher uma única característica como base para a sua classificação.

O homem, com sua curiosidade peculiar, percebeu as diferenças entre a enorme gama de animais existentes e a importância em separá-los por categorias, uma vez que essa definição traria uma melhor condição de convivência em seu meio.

Essa característica do ser humano, aliada ao poder de observação do meio ambiente, fez com que este percebesse a importância do entendimento de seu *habitat* e que esse tipo de conhecimento em muito facilitaria os meios de sobrevivência e a conseqüente perpetuação da própria espécie.

Os seres vivos apresentam peculiaridades que se destacam em relação aos seres brutos, uma vez que a vida, como característica, não pode ser doada ou escolhida, mas tão-somente herdada dos ascendentes que a transmitem.

Para se destacar um ser vivo de outro, várias características podem ser pontuadas. “As principais características dos seres vivos são: organização, assimilação, crescimento, sensibilidade, reprodução e ciclo de vida” (CEESVO, 2005). Assim, de forma cíclica, válida para todos os animais, racionais ou não, percebe-se a linha da vida, traçada em etapas bem distintas.

“[...] Nosso planeta não foi feito exclusivamente para habitação do homem. Se não existissem outros seres sobre a terra haveria grandes espaços desabitados, e lugares onde a vida seria impossível” (NOVO..., 1980, v. 1, p. 127).

A imensidade de criaturas é tamanha que, se não fossem classificadas, seria impossível estudá-las. O texto do Novo Tesouro da Juventude (1980, v. 1, p. 127-128) confirma essa idéia, ao pontuar que:

[...] A vida existe em toda parte e sob as mais variadas formas que correspondem às diversas condições do meio ambiente. Ao lado do gênero humano, a natureza criou muitos outros trabalhadores, grandes e pequenos, para executarem o grande trabalho do universo [...].

Os seres vivos não só existem na Terra, mas, principalmente, coabitam no planeta, construindo as mais diversas formas de relação, que vão desde a disputa pela vida, no caso do predador e da presa, até as relações de assistência, como, por exemplo, o comensalismo, onde uma espécie se alimenta dos restos alimentares de outra.

Assim,

Todos esses animais, répteis aves, peixes e insetos, pertencem a uma única e grande família, e embora sejam por vezes tão diferentes entre si no aspecto, têm costumes comuns que os relacionam uns com os outros [...]. (NOVO..., 1980, v. 1, p. 128).

Diante de tão rica realidade biológica, o homem percebeu a necessidade de classificar os animais, não só para melhor compreender seu comportamento, mas também para se defender de possíveis predadores e até mesmo para se resguardar dos perigos oferecidos por algumas espécies, como, por exemplo, os seres peçonhentos.

Assim, desenvolveram-se várias classificações dos seres vivos, conforme sua espécie, condição (vertebrados e invertebrados, peçonhentos e não-peçonhentos), meio ambiente onde vivem ou dividem parte de seu tempo (ar, terra, mar), multiplicidade celular, dentre outras tantas diferenças e semelhanças.

Considerando essas particularidades, a Enciclopédia Fauna (1982, p. 289) constrói uma Classificação Esquemática dos Vertebrados Atuais, dividindo-os em superclasses e subdividindo-os em classes e subclasses.

A Enciclopédia Fauna (1982, p. 297) dividiu a superclasse dos mamíferos, onde estão localizados os coelhos (*Oryctolagus cuniculus*), nas seguintes subclasses:

- Ordem: lagomorfos;
- Família: leporídeos, octonídeos.

“A ordem dos Lagomorfos (*Lagomorpha*) é constituída, na sua maior parte, pelas lebres e coelhos [...]” (FÉLIX..., v. IV, p. 299).

Percebe-se, assim, que o processo classificatório faz parte da história do homem, que categoriza tudo o que está posto, com o intuito de melhor compreender seu meio ambiente e os dos seres com que os quais convive.

Entende-se, portanto, que o homem, para melhor compreender o seu *habitat*, passou a desenvolver sistemas de classificação dos seres vivos. As classificações, contudo, tomaram infinitas nuances, fazendo com que, conforme características, semelhanças e diferenças, meio de vida etc., os seres fossem diferentemente classificados.

As classificações bibliográficas não deixaram de contemplar os seres vivos nem as espécies da natureza. Porém, diante de tamanha diversidade, torna-se muito difícil considerar tudo aquilo que, para alguns, é mais relevante que para outros.

A ausência de classificação bibliográfica específica para um dado assunto passará despercebida diante de muitos. Outros, no entanto, que por ventura precisem classificar um dado assunto, mesmo no prelo, perceberão algum nível de dificuldade por não ter por onde se basear, forçando-se, provavelmente, a fazer uso de uma numeração não tão adequada ou não tão específica para a sua necessidade.

Naturalmente, a Classificação Decimal Universal procura considerar, ainda que de forma mais abrangente, todos os temas do conhecimento. A possibilidade de combinação de assuntos por meio da atribuição de determinados símbolos também auxilia nesse processo. Entretanto, por mais que exista um esforço conjunto na atualização das publicações, sempre haverá lacunas a serem preenchidas.

Os coelhos, por exemplo, não foram compreendidos como sendo suficientemente importantes para aparecerem com classificação própria na CDU. Uma notação específica para eles auxiliaria a classificar documentos onde aparecessem. A ARBA, por exemplo, possui uma biblioteca especializada sobre a criação de coelhos de raça, bem como sobre as raças existentes e como mantê-las.

3.1 COELHOS NA CLASSIFICAÇÃO BIOLÓGICA

É unânime, entre os estudiosos do tema, que os coelhos domesticados descendem do coelho selvagem europeu, denominado “*Lepus cuniculus*”. Essa informação facilita o entendimento de algumas características em comum entre os diversos tipos de animais.

Os coelhos são considerados animais roedores, além de muito conhecidos por sua prolificidade, peculiaridade que, “[...] aliada ao curto período de gestação de 30

dias, os torna um dos mais interessantes, sob o ponto de vista da produção comercial ou lucrativa” (VIEIRA, 1985, p. 21).

Na classificação biológica, os coelhos são dispostos da seguinte maneira:

Reino: Animal

Sub-reino: Metazoários

Tipo: Vertebrados

Filo: Cordatos

Grupo: Craniatos

Sub-filo: Gnatostomatos

Super-classe: Tetrápodes

Classe: Mamíferos

Sub-classe: Térios

Infra-classe: Eutérios

Ordem: Logomorfos

Sub-ordem: Duplodentados

Família: Leporídeos

Gênero: *Oryctolagus*

Espécie (única): *Cuniculus*

Nome: Coelho

Partindo-se dessa classificação, analisar-se-á o contexto da cunicultura, para, finalmente, propor a Classificação Decimal Universal mais específica a cada raça de coelho.

4 CUNICULTURA

Cunicultura é o ramo da Zootecnia aplicado à criação de coelhos. Isso implica dizer que a reprodução é controlada pelo criador, que, por sua vez, tem algum tipo de interesse no resultado dessa criação.

Segundo Márcio Vieira (1985, p. 27), “Para que haja cunicultura, é necessário que a criação seja bem orientada dentro de normas técnicas, com seleção de reprodutores, instalações e alimentação adequadas e um bom manejo”.

Dependendo do tipo de comercialização dos animais, o criador irá optar por determinada raça. Caso opte pela comercialização da pele, deverá escolher um tipo de coelho distinto daquele cuja criação visa à produção de carne, por exemplo.

Na obra “A criação doméstica de coelhos”, Snow (1984, p. 9) afirma que “O cunicultor principiante deparará com uma gama muito variada de coelhos a partir da qual poderá fazer a sua selecção [...]”.

São muito vastas as formas de criação de coelhos, variando desde a venda de filhotes, chegando à comercialização de esterco, que pode ser utilizado tanto como adubo, como para alimentação de porcos.

Assim, um estudo mais aprofundado do cunicultor acerca de seu plantel só trará benefícios para as escolhas que fizer quanto à comercialização que praticar. Para tanto, faz-se necessário conhecer as raças existentes e a funcionalidade de cada uma delas.

Márcio Infante (1995, p. 15) enfatiza que, no sistema extensivo ou em liberdade, “[...] os coelhos são soltos em plena liberdade nos campos ou em grandes áreas cercadas, para evitar a sua fuga”. Entretanto, para o autor, “Quem cria coelhos por esse sistema não pode ser chamado de criador porque não tem nenhuma ação sobre eles, não passando de simples dono dos animais que foram soltos”.

A verdadeira criação de coelhos exerce controle sobre o número de animais existente no plantel, além da reprodução e do nascimento dos láparos, bem como do exame diário de cada um deles.

Deduz-se, assim, que, para fins de cunicultura, será considerada a criação controlada dos animais e, no que concerne às raças, serão registradas somente aquelas pacificamente reconhecidas por estudiosos da área e publicadas na literatura especializada.

4.1 RAÇAS DE COELHOS

São muitas as raças de coelhos e, normalmente, os animais são classificados por meio de observações morfológicas, tais como cor da pele, comprimento do pelo, origem, tamanho das orelhas e tamanho do corpo.

Essas variáveis foram sendo desenvolvidas ao longo de muitos anos pelo homem, através dos cruzamentos genéticos, da alimentação e da seleção do meio onde o coelho foi criado. “São estes caracteres todos agrupados que servem para determinar o Standard ou mais simplesmente o que chamamos de padrão da raça” (MEDINA, 1992, p. 22).

Várias são as nuances observadas para o registro das raças até então reconhecidas. Snow (1984, p. 9) divide os coelhos em quatro grupos: produtores de pele, produtores de lã ou pêlo, variedades de fantasia (referindo-se a animais que possuem manchas ou características mais específicas) e coelhos de raça cruzada (resultado de cruzamentos entre duas raças puras distintas).

Existem outras opções de classificação para coelhos de raça, que podem ser distinguidos por critérios diversos, tais como pela comercialização, quanto ao peso, ao tamanho, às orelhas, à produção e ao comprimento dos pêlos.

Como são muitas as variáveis para se observar os coelhos de raça, e considerando que muitas raças peleiras também servem à produção de carne, o parâmetro a ser utilizado nesta proposta, mais adequado à lógica da CDU, dá-se pelo tipo físico dos animais, característica primordial para seleção do plantel a ser desenvolvido, cujos padrões são pacificamente reconhecidos por criadores e pela literatura especializada.

Dessa forma, para sugerir a classificação na CDU, optou-se pela escolha das raças peleiras mais conhecidas e comercializadas. Assim, os coelhos serão divididos pela cor do pelo, sendo classificadas as raças individualmente, conforme suas características em comum.

Para se ter idéia da variedade de raças, seguem abaixo imagens de alguns coelhos:



Figura 1 – Alaska



Figura 2 – Angorá



Figura 3 – Azul de Viena



Figura 4 – Belié



Figura 5 – Borboleta Francês



Figura 6 – Califórnia



Figura 7 – Castor Rex



Figura 8 – Chinchila

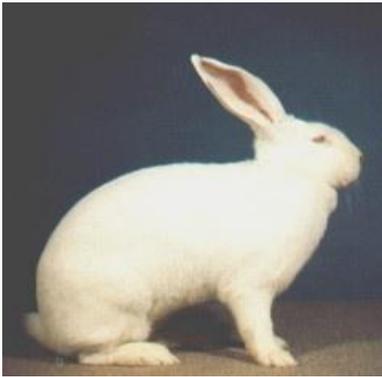


Figura 9 – Gigante de Bouscat



Figura 10 – Gigante de Flandres



Figura 11 – Hermelin



Figura 12 – Holandesa



Figura 13 – Negro e Fogo



Figura 14 – Nova Zelândia Branco

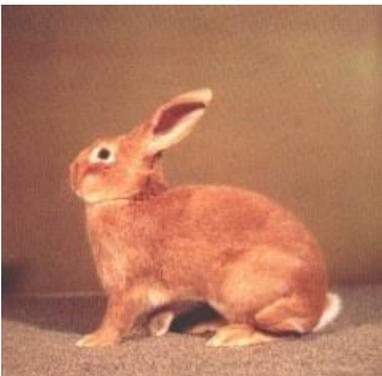


Figura 15 – Nova Zelândia Vermelho



Figura 16 – Prateado de Champagne

4.2 THE AMERICAN RABBIT BREEDERS ASSOCIATION – ARBA

A American Rabbit Breeders Association - ARBA é uma organização norte-americana dedicada à promoção, desenvolvimento e melhoria de coelhos domésticos e de porquinhos da Índia. Segundo a sua página eletrônica, possui mais de 24.000 membros nos Estados Unidos, Canadá e no estrangeiro.

Os sócios da ARBA vão desde o criador mais simples, que possui um animal de estimação, até os criadores mais experientes, com intuito comercial e vasto plantel.

Normalmente o foco dos sócios dessa associação é a participação em exposições de animais, onde é possível trazer ainda mais credibilidade à criação que desenvolvem, valorizando os animais vencedores, uma vez que atendem criteriosamente aos padrões exigidos para determinada raça.

A ARBA tem o objetivo de incentivar a criação de coelhos e preás, além de promover exposições e dar o suporte necessário aos criadores amadores, profissionais e àqueles cujo intuito seja a revenda dos coelhos e/ou preás em lojas especializadas.

Um dos aspectos mais importantes, no entanto, é o fato de a ARBA controlar a normatização das raças, fazendo com que os criadores busquem respeitar os padrões definidos. Isso auxilia na continuidade das criações, bem como na manutenção da qualidade do plantel.

A estrutura administrativa da ARBA é composta por um presidente e um vice-presidente, eleitos diretamente pelos membros associados, além de um tesoureiro, um secretário e cinco diretores.

Para facilitar o entendimento sobre a grande variedade de padrões de cor de cada raça, o clube dispõe de uma publicação denominada “Norma ARBA de Perfeição”, onde é possível verificar os padrões das raças que reconhece. Além disso, sugere ao criador que entre em contato com os Clubes Nacionais de Especialidade, responsáveis pelo patrocínio das raças, caso sinta a necessidade de se informar mais minuciosamente.

Pelo fato de a ARBA reconhecer oficialmente as raças de coelho e controlar, por meio das exposições especializadas e do apoio aos criadores, a manutenção da standardização, os padrões por ela divulgados foram utilizados como referencial para a esta proposta da classificação bibliográfica.

Além disso, é mister ressaltar que, no Brasil, existe pouca ou quase

nenhuma literatura especializada sobre a criação ornamental de coelhos, encontrando-se tão-somente publicações relacionadas à produção de carne e pele.

Dessa feita, a proposta a seguir será realizada com base nos padrões determinados pela The American Rabbit Breeders Association – ARBA e, das observações verificadas em sua página eletrônica, serão consideradas as raças coincidentes com aquelas encontradas em algumas obras da literatura especializada no Brasil.

5 PROPOSTA DE UM MODELO DE EXPANSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE COELHOS DE RAÇA NA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL - CDU

As classificações Decimal de Dewey e Decimal Universal (CDD e CDU, respectivamente) são exemplos de linguagens documentárias alfanuméricas predeterminadas, cujo fito é o de padronizar os assuntos dos documentos de um dado acervo, facilitando sua posterior recuperação por parte do usuário que realiza a(s) pesquisa(s).

Referidas classificações são arbitrárias, no sentido de terem sido padronizadas conforme decisão de seus criadores, que optaram por um caminho específico, estruturando o conhecimento de acordo com suas convicções interpretativas.

Por serem usadas em âmbito mundial, as classificações facilitam sobremaneira o acesso pelo usuário, vez que pode perceber o padrão utilizado tanto em unidades de informação locais, como estrangeiras.

Dessa feita, é importante lembrar que, embora predeterminadas, as classificações não estão fechadas, concluídas. Ao contrário, encontram-se em permanente construção, pois nessa condição se acha a pesquisa e o avanço da ciência, criando, por conseguinte, novas terminologias, que podem, em uma nova edição, ser contempladas pelas classificações biblioteconômicas.

Confirmam essa idéia Odilon Pereira da Silva e Fátima Ganim, em sua obra intitulada *Manual da CDU*, onde afirmam que “O sistema continua em expansão, apesar dos reveses sofridos nas duas últimas décadas [...]” (2004, p. 7).

Enquanto a CDD não apresenta uma versão em português, a CDU possui edições no idioma pátrio, estimulando, portanto, a escolha para o desenvolvimento deste trabalho.

Observando os animais dispostos na CDU, mais precisamente aqueles que o homem cria por estima, os chamados *animais de estimação*, percebeu-se a ausência dos coelhos na reconhecida classificação. Ou melhor, observou-se que os coelhos *de raça* não estão relacionados na Classificação Decimal Universal, deixando, portanto, uma brecha para classificar os documentos que abordem esse tema.

Considerando que o conhecimento humano está em constante evolução e pensando na importância de abranger a CDU, cogitou-se em inserir em seu corpo mais uma subdivisão, com classes e subclasses concernentes às principais raças de coelho,

propondo, assim, uma classificação própria para ser utilizada em documentos que abordem o tema.

Sebastião de Souza (2010, p. 69) assevera que:

Nenhum sistema de classificação pode ser considerado intrinsecamente perfeito. O valor de uma tabela está na utilidade de sua aplicação numa determinada unidade de informação. As tabelas não são definitivas e nem sagradas e podem sofrer diversos tipos de reformulação.

Utilizando o raciocínio de Souza como referência, conclui-se que nenhum é assunto é demasiadamente ignóbil para não ser contemplado por uma classificação documentária. Em outras palavras, a relevância do tema a receber nova classificação é proporcional à necessidade do bibliotecário quando da catalogação na fonte ou do tratamento do acervo.

A literatura brasileira relacionada à Cunicultura, mais precisamente no que diz respeito à criação ornamental de coelhos de raça, requer considerável nível de especificidade, e, talvez por este motivo, não tenha sido contemplada na CDU.

Entretanto, uma vez que não existem limites para a sua expansão, dependendo essa iniciativa tão-somente do profissional da informação, conforme a necessidade em que se vir envolvido, é que se baseia esta proposta de classificação para os coelhos de raça.

Na Classificação Decimal Universal, os coelhos estão restritos à classe 636.9, que trata de “Outros animais mantidos pelo homem”, mais precisamente à classificação 636.92, na condição de “Coelhos domésticos”, com apenas uma subdivisão, a de “Mamíferos de pelos pequenos”, representada pela numeração 639.112.

Márcio Infante (1987) apresenta três tipos de produção de coelhos, cada uma delas possui um propósito específico. São elas: produção caseira, comercial e industrial.

Diante dessa deficiência classificatória na área da Cunicultura, e considerando toda uma variedade de padrões de coelhos de raça, indaga-se: desde que standardizaram determinadas raças de coelho, por que não foram, ainda, contempladas por uma classificação consagrada como a CDU?

Na tentativa de preencher essa lacuna, propõe-se que a classificação dos coelhos na CDU seja disposta da seguinte maneira:

636.92 Coelhos de raça peleira

636.921 Castor Rex (ou Rex de cor)

- 636.921.1 Castor Rex escuro
- 636.921.2 Castor lebre
- 636.921.3 Chincila Rex
- 636.921.4 Havana Rex
- 636.921.5 Nutria Rex escuro
- 636.921.6 Nutria Rex prateado
- 636.921.7 Negro Rex
- 636.921.8 Russo Rex
- 636.921.9 Arminho Rex
- 636.921.10 Castor Rex azul

636.922 Coelhos difusos

- 636.922.1 Chinchila

636.923 Coelhos negros (uniformes ou mesclados)

- 636.923.1 Alasca
- 636.923.2 Azul e Fogo
- 636.923.3 Gigante-de-Flandres-Negro
- 636.923.4 Holandês
- 636.923.5 Negro e Fogo

636.924 Coelhos prateados

- 636.924.1 Prateado azul
- 636.924.2 Prateado de Champanha
- 636.924.3 Prateado inglês
- 636.924.4 Prateado de Santo Humberto

636.925 Coelhos avermelhados

- 636.925.1 Fulvo de Borgonha ou Leonado de Borgonha
- 636.925.2 Gigante espanhol
- 636.925.3 Havana
- 636.925.4 Nova Zelândia vermelho

636.926 Coelhos brancos (com ou sem manchas)

- 636.926.1 Angorá
- 636.926.2 Borboleta
- 636.926.3 Branco comum
- 636.926.4 Branco de Vendaia
- 636.926.5 Californiano
- 636.926.6 Himalaia
- 636.926.7 Gigante de Bouscat
- 636.926.8 Gigante espanhol
- 636.926.9 Gigante de Flandres branco
- 636.926.10 Neozelandês
- 636.926.11 Nova Zelândia branco
- 636.926.12 Polaco ou Arminho
- 636.926.13 Russo

636.927 Coelhos azuis

- 636.927.1 Azul de Beveren
- 636.927.2 Azul de Viena

636.928 Coelhos cinza

- 636.928.1 Cinzento pérola de Hal
- 636.928.2 Fée de Marbourg
- 636.928.3 Gigante de Flandres cinza

Partindo-se da classificação originária, **636.92**, existente na CDU, partiu-se para suas subdivisões conforme os grupos de coelhos, que, por sua vez, foram divididos pelo padrão da pele.

Os autores brasileiros que escrevem sobre cunicultura não mencionam, de forma idêntica, as raças então existentes, tanto no Brasil como no exterior. Cada um deles expõe, conforme o resultado de seu entendimento de relevância ou popularidade do animal, um determinado grupo de raças.

Assim, algumas raças encontradas em um autor, com detalhamentos sobre sua origem geográfica, biológica e os resultados advindos dos sucessivos cruzamentos, não se repetem, necessariamente, em obra distinta, escrita por outro pesquisador.

Percebida essa distinção de posicionamentos de cada um dos estudiosos das raças, escolheu-se a semelhança entre os grupos de coelhos, visto que este é um dos critérios que os estudiosos das classificações documentárias utilizam para ordenar os assuntos em uma dada categoria.

A partir desse critério de semelhanças e diferenças, os coelhos foram separados pelo padrão da pele, uma vez que este é o único critério até então repetido, mesmo dentre várias obras publicadas sobre o assunto.

Assim, para dar início à classificação e para garantir coerência à idéia aqui defendida, foi necessário modificar a terminologia anterior – Coelhos Domésticos -, para, em seguida, traçar as respectivas subdivisões.

Dessa feita, os “Coelhos Domésticos” foram renomeados como “Coelhos de raça peleira”, uma vez que o critério de distinção e semelhança entre as raças é justamente o padrão físico, com destaque para a cor do pelo.

Assim, a primeira subdivisão envolve os grupos pelo padrão de cor do pelo. Foi acrescido um algarismo ao final da classificação inicial, para individualizar cada grupo, o que resultou nas seguintes notações, partindo da classe **636.92**:

NOTAÇÃO	GRUPO DE COELHOS SEPARADOS PELA COR DO PELO
636.921	Castor Rex
636.922	Coelhos difusos
636.923	Coelhos negros
636.924	Coelhos prateados
636.925	Coelhos avermelhados
636.926	Coelhos brancos
636.927	Coelhos azuis
636.928	Coelhos cinza

Em seguida, cada subgrupo foi mais uma vez dividido, contemplando os coelhos constantes de cada um deles. Os coelhos negros, por exemplo, representados pela notação **636.923**, foram apresentados por uma notação maior, e, portanto, denotando mais especificidade, com acréscimo de mais um dígito, formando os resultados vistos anteriormente, destacados abaixo:

NOTAÇÃO	COELHOS NEGROS (UNIFORMES OU MESCLADOS)
636.923.1	Alasca
636.923.2	Azul e Fogo
636.923.3	Gigante-de-Flandes-Negro
636.923.4	Holandês
636.923.5	Negro e Fogo

As notações utilizadas nesta proposta respeitaram a estrutura e os princípios da Classificação Decimal Universal. Foram considerados os critérios de decimalidade, universalidade, hierarquização e análise-sintética.

A decimalidade foi respeitada na própria notação, que se subdivide numericamente, quantas vezes forem necessárias. A universalidade foi considerada em decorrência da existência do tema e da pretensão da referida classificação para um assunto até então não contemplado, já que a CDU se dispõe a ser constantemente expandida, abrangendo os conhecimentos até então existentes.

O caráter hierárquico apresenta os assuntos por categorias, saindo das classes mais genéricas para as mais específicas. É essa particularidade que traz sentido à classificação documentária, pois, ao contemplar as mais diversas áreas do conhecimento, impõe a elas, necessariamente, uma ordem prioritária.

Finalmente, o caráter analítico-sintético, também chamado de facetado, que identifica elementos em comum às várias categorias de um mesmo assunto.

A proposta apresentada não carece de grande complexidade em sua apresentação. Vê-se que o ato de classificar, embora imponha o uso da cognição, não representa uma atividade necessariamente difícil, sendo necessário, somente, utilizar-se a coerência e respeitar a estrutura empregada na classificação, para não ferir a lógica e o entendimento de quem por ventura a utilize.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência e o conhecimento são instituições que nunca param de se desenvolver, pois refletem o afã de auto-superação inerente ao homem, que, como dito anteriormente, tem sede inesgotável de novas descobertas.

A criatividade e o potencial inventivo do homem o diferenciam dos demais seres, tornando-o especial e dotando-o de ferramentas que propiciam, cada vez mais, conforto e bem estar na interação com seu *habitat*.

O homem possui uma inquietação constante e, graças a essa característica, ele se desenvolve constantemente, recriando a realidade e refazendo-se a si mesmo. O conhecimento, por sua vez, configura-se em uma fonte inesgotável de informações que, a partir de suas combinações infinitas, denotam novas nuances às anteriores “verdades”.

Cabe ao pesquisador embrenhar-se por esses caminhos, refazendo trajetos e redescobrando o que, até então, parecia conclusivo. A partir dessas empreitadas, novas fontes de conhecimento são descobertas e, delas, outras novas são criadas, ainda mais especializadas ou, até então, inéditas.

O conhecimento, assim, desmembrou-se em várias áreas, tornando-se ainda mais específico e abrindo possibilidades para outros estudos. Concebendo um raciocínio mais elementar e simplista, pode-se dizer que à Filosofia cabe o pensar sobre o homem e o conhecimento, e à Biblioteconomia, cabe organizar todo esse volume acumulado, facilitando o acesso e o entendimento sobre ele.

Seguindo essa linha de pensamento, entende-se que a Biblioteconomia, por ser interdisciplinar, deve considerar, sempre que possível, em seus processamentos documentários, todos os assuntos até então existentes. Dessa forma, por que não criar novas classificações para temas ainda não considerados, quando efetivamente existem para o mundo da ciência?

Embora seja fácil deduzir que não há como uma classificação bibliográfica contemplar todos os registros do mundo do conhecimento, é razoável pensar em novas alternativas para deixá-la mais completa.

Esses são os argumentos que fundamentam este trabalho. Os coelhos de raça não estão discriminados na CDU que, no entanto, privilegia outros animais dividindo-os por raças, tais como os cães e o gado. Assim, considera-se importante a proposta de criação dessa classificação, conforme descrita no decorrer da monografia.

Embora a literatura brasileira especializada sobre cunicultura, bem como sobre a criação de coelhos de estimação, seja escassa no País, não há impedimento nem limites para que se possa propor uma nova classificação para este assunto, por entender que a Classificação Decimal Universal, assim como as demais classificações, pode ser expandida sempre que necessário.

Uma vez existente a nova classificação, poderá ser utilizada por quem de interesse for, em novas bibliografias que por ventura sejam inseridas nessa área.

Tinha este trabalho o propósito de não ser apenas mais um na estante da biblioteca da Universidade, mas, sobretudo, de transformar-se em uma possibilidade, de configurar-se em uma ferramenta útil para o trabalho de um bibliotecário que lida com uma literatura mais especializada.

Assim, da mesma forma que esta classificação foi proposta, outras tantas, tocando em novos assuntos ou verificando particularidades de um tema já existente, podem vir a surgir. Para tanto, abre-se esta porta, com a esperança de que não seja fechada, uma vez que, em se tratando de conhecimento, nada se encerra; apenas novas perspectivas orientam uma nova ida.

REFERÊNCIAS

- ARTÊNCIO, Luciane Maria. **Princípios de categorização nas linguagens documentárias**. São Paulo (SP): 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BASTOS, Núbia Maria Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. Fortaleza (CE), 2005.
- BELVEDERE, Francisco (Org.). **Novo tesouro da juventude**. São Paulo (SP): Opus Editora, 1980. 18 v.
- CLASSIFICAÇÃO Decimal Universal. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. Tradução Francisco F. L. de Albuquerque; Maria Thereza G. F. de Albuquerque. Revisão Antônio Agenor Briquet de Lemos.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI**. Versão 3.0, [S.l.]: Nova Fronteira, 1999.
- LA FUENTE, Félix Rodrigues de. **A fauna: vida e costumes dos animais selvagens**. Rio de Janeiro (RJ): Salvat Editora do Brasil, 1982. 10 v.
- LENTINO, Noêmia. **Guia teórico, prático e comparado dos principais sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo (SP): Polígono, 1971.
- LIMA, Vânia Mara Alves. **Da classificação do conhecimento científico aos sistemas de recuperação de informação: enunciação de codificação e enunciação de decodificação da informação documentária**. 2004. 156 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2004.

MEDINA, Jean G. **Cunicultura**: a arte de criar coelhos. Campinas (SP): Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1988.

MELLO, Hécio Vaz de; SILVA, José Francisco da. **A criação de coelhos**. 2. ed. São Paulo (SP): Globo, 1989. (Coleção do Agricultor. Pequenos Animais).

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. **A teoria do conhecimento**: uma introdução temática. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. (Coleção biblioteca universal). Tradução Marcelo Brandão Cipolla.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Interciência, 1983.

SILVA, Odilon Pereira da; GANIM, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília (DF): Briquet de Lemos/Livros, 1994.

SOUZA, Sebastião de. **CDU**: como entender e utilizar a Edição-padrão Internacional em Língua Portuguesa. 3. ed. Brasília (DF), Thesaurus, 2004.

_____. **CDU**: como entender e utilizar a 2ª Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa. 2. ed. Brasília (DF), Thesaurus, 2010.

VIEIRA, Márcio Infante. **Coelhário**: instalações adequadas, maiores lucros. São Paulo (SP): Prata Editora, 1995.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da Lingüística**. São Paulo (SP): Parábola Editorial, 2002.

XAVIER, Manassés Moraes; AZEVÊDO, Arão de. Sociedade da Informação: um olhar funcional sobre a sociedade adjetivada de tecnológica. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**. João Pessoa (PB): Universidade Estadual da Paraíba, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1643>. Acesso em: 2 nov. 2010.